

## **Análise de questões da parte de Formação Geral (FG) da prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e problemas de leitura que impactam o desempenho dos alunos**

### **Analysis of questions from the General Training (FG) section of the National Student Performance Exam (Enade) and reading problems that impact student performance**

*Christiane Mazur Doi*, Doutora em Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Mestre em Ciências – Tecnologia Nuclear, Especialista em Língua Portuguesa e Literatura, Especialista em Cálculo e Matemática Aplicada, Engenheira Química e Licenciada em Matemática, com Aperfeiçoamento em Tópicos de Estatística.  
Contato: [chrismazur16@hotmail.com](mailto:chrismazur16@hotmail.com)

#### **Resumo**

Este artigo versa sobre a estrutura de enunciados e sobre a leitura de textos expressos na forma de questões de múltipla escolha. De modo particular, tomando como referenciais teóricos as concepções de leitura e de texto expressas por Allende, F. e Condemarín, M. (2002), Amorim, F.S. (2012), Cavalcante, M.M. (2012), Garcez, L.H.C. (2002), Koch, I.V. e Elias, V.M. (2006), Orlandi, E.P. (1996), Sweetser, E. (1991) e Soligo I. (2000), analisaremos as duas questões objetivas de Formação Geral (FG) do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), realizado em 2021, em que os percentuais de acertos dos estudantes, em âmbito nacional, foram os menores.

Palavras-chave: Ensino Superior. Enade. Questões Tipo Teste.



## Abstract

This article deals with the structure of question sentences and the reading of multiple choice questions. In particular, taking as theoretical references the conceptions of reading and text expressed by Alliende, F. and Condemarín, M. (2002), Amorim, F. S. (2012), Cavalcante, M. M. (2012), Garcez, L. H. C. (2002), Koch, I. V. and Elias, V. M. (2006), Orlandi, E. P. (1996), Sweetser, E. (1991) and Soligo I. (2000), we analyze the two objective questions of General Training (FG) of the National Performance Examination of Students (Enade), held in 2021, in which the percentages of correct answers by students, nationwide, were the lowest.

Keywords: Higher Education. Enade. Test-Type Questions.

## Introdução:

No sentido de iniciar um processo gradual de implementação de um sistema de avaliação do ensino superior foi instituído, pela Lei Nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como Provão, aplicado a todos os concluintes de área de conhecimento predefinidas. Tratava-se de uma prova composta por questões específicas de cada curso.

Segundo Verhine, R.E.; Dantas, L.M.V.; Soares, J.F (2006), “o Provão enfatizou competências finais específicas de cada área de conhecimento, deixando de lado aspectos fundamentais relacionados ao processo de ensino-aprendizagem e à formação do alunado, como compromisso profissional, ético e socialmente engajado. Além disso, o Provão se concentrou no desempenho dos alunos, em lugar de atentar para o valor agregado, gerado pelo curso no decorrer do tempo”.

De acordo com os autores, o Provão foi criticado por membros da comunidade acadêmica e especialistas em avaliação e, em agosto de 2003, uma comissão propôs um novo modelo, chamado de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que incluiu outra abordagem para o exame de cursos, denominada Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).



O Sinaes foi formalmente instituído pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

O Enade é parte integrante do Sinaes e é aplicado trienalmente a cada grupo de cursos ou áreas do conhecimento. Além de outros aspectos, esse exame verifica o desempenho dos estudantes no domínio dos conteúdos programáticos das áreas avaliadas, bem como suas habilidades para acompanhar a evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira, à realidade mundial e a outras áreas do conhecimento. Suas questões contextualizadas são formuladas de modo a verificar a capacidade do aluno em interpretar textos, estabelecer relações entre as diversas situações, analisando-as criticamente, verificar contradições e propor soluções.

A prova do Enade, até 2023, foi composta por 40 questões distribuídas da seguinte maneira: 10 questões de Formação Geral (FG), comuns a todas as áreas, e 30 questões do Componente Específico da área avaliada (CE), que envolvem problemas e estudos de casos relativos à área de formação.

Até 2022, das questões de FG, 8 eram de múltipla escolha e 2 eram discursivas. Quanto às questões do CE, 27 eram de múltipla escolha e 3 eram discursivas.

Segundo a Portaria Nº 386, de 23 de agosto de 2021, a parte de FG da prova do Enade tem por princípio o respeito aos Direitos Humanos.

De acordo com essa portaria, temos o que segue.

Art. 4º A prova do Enade 2021, no componente de Formação Geral, tomará como referencial do perfil do egresso as seguintes características:

- I. ético e comprometido com questões sociais, culturais e ambientais;
- II. comprometido com o exercício da cidadania;
- III. humanista e crítico, apoiado em conhecimentos científico, social e cultural, historicamente construídos, que transcendam a área de sua formação;
- IV. proativo e solidário na tomada de decisões;
- V. colaborativo e propositivo no trabalho em equipes e/ou redes que integrem diferentes áreas do conhecimento, atuando com responsabilidade socioambiental e respeito às diferenças.



No artigo 5º da Portaria N° 386, lemos que, entre as competências avaliadas no componente de FG do Enade, estão “ler e interpretar textos com clareza e coerência; analisar e interpretar representações verbais, não verbais, gráficas e numéricas de fenômenos diversos; e identificar diferentes representações de um mesmo significado”.

No artigo 6º, observamos que alguns dos temas presentes nas questões de FG do Enade são “ética, democracia e cidadania; Estado, sociedade e trabalho; educação e desenvolvimento humano e social; cultura, arte e comunicação; ciência, tecnologia e inovação; promoção da saúde e prevenção de doenças; segurança alimentar e nutricional; meio ambiente: biodiversidade, sustentabilidade e intervenção humana; cidades, habitação e qualidade de vida; processos de globalização e política internacional; sociodiversidade e multiculturalismo; e acessibilidade e inclusão social”.

Observamos, nos relatórios de curso disponibilizados pelo INEP/MEC, que concluintes de cursos de graduação do Brasil apresentam desempenhos indesejáveis nas questões de múltipla escolha de FG do Enade.

Por isso, neste artigo, temos o objetivo de identificar possíveis problemas de leitura de enunciados de testes de FG do Enade que fazem com que concluintes de cursos de graduação do Brasil cometam equívocos na avaliação de afirmativas e de alternativas que compõem tais testes. Vale destacar que as questões de FG são as mesmas para todas as áreas e demandam do estudante a leitura e a interpretação de textos, ou seja, essas questões “trabalham com a linguagem”. Em razão disso, usaremos como referenciais teóricos as obras de Allende, F. e Condemarín, M. (2002), Amorim, F.S. (2012), Cavalcante, M.M. (2012), Garcez, L.H.C. (2002), Koch, I.V. e Elias, V.M. (2006), Orlandi, E.P. (1996), Sweetser, E. (1991) e Soligo I. (2000).

### **Concepções de texto e de leitura**

Existem diversas noções de “leitura”, das mais genéricas às mais específicas. Nas palavras de Eni Orlandi, a

leitura, vista em sua acepção mais ampla, pode ser entendida como ‘atribuição de sentidos’. Daí ser utilizada indiferentemente tanto para a escrita como para a oralidade. Diante de um exemplar de linguagem, de



qualquer natureza, tem-se a possibilidade de leitura. Pode-se falar, então, em leitura tanto da fala cotidiana da balconista como do texto de Aristóteles (ORLANDI, 1996, p. 7).

**Em termos mais específicos, a leitura de um texto escrito, considerado uma unidade que promove a interação social entre sujeitos, é uma atividade de produção de sentido que ocorre na interação autor-texto-leitor (KOCH e ELIAS, 2008).**

**Nas palavras de Lucília Garcez,**

a leitura é um processo complexo e abrangente de decodificação de signos e de compreensão e inteligência do mundo que faz rigorosas exigências ao cérebro, à memória e à emoção. Lida com a capacidade simbólica e com a habilidade de interação mediada pela palavra. É um trabalho que envolve signos, frases, sentenças, argumentos, provas formais e informais, objetivos, intenções, ações e motivações. Envolve especificamente elementos da linguagem, mas também os da experiência de vida dos indivíduos (GARCEZ, 2002, p. 23).

**A compreensão de um texto, de qualquer natureza, mobiliza o conhecimento prévio do leitor, que deve utilizar diversos níveis de conhecimento que interagem entre si. Segundo Kleiman (2002, p.13), “pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão”. Essa concepção está de acordo com a visão de Paulo Freire, para quem a leitura do mundo precede a leitura da palavra.**

Nesse processo, o leitor é, portanto, um construtor de sentido, e seus conhecimentos podem ser classificados nos seguintes tipos:

- conhecimento linguístico (gramatical e lexical);
- conhecimento enciclopédico (de mundo);
- conhecimento interacional (ilocucional, comunicacional, metacomunicativo, superestrutural).

**Segundo Rojo, nas concepções mais atuais, a leitura é entendida como**

um ato de se colocar em relação um discurso com outros discursos anteriores a ele, emaranhados nele e posteriores a ele, como possibilidades infinitas de réplica, gerando novos discursos/textos. O discurso/texto é visto como conjunto de sentidos e apreciações de valor das pessoas e coisas do mundo, dependentes do lugar social do autor e do leitor e da situação de interação entre eles – finalidades da leitura e da produção do



texto, esfera social de comunicação em que o ato da leitura se dá. Nesta vertente teórica, capacidades discursivas e linguísticas estão crucialmente envolvidas (ROJO, 2002, p. 3).

No processo de leitura, o indivíduo utiliza estratégias sociocognitivas, que podem ser classificadas em: de antecipação, de seleção, de inferência e de verificação.

Na antecipação, o leitor supõe, com seus conhecimentos prévios, o que irá ler. O gênero, o autor, o título, o vocabulário, as imagens e outros índices fornecem informações e permitem a formulação de hipóteses sobre o conteúdo e as intenções do texto (SOLIGO, 2000). Na seleção, o leitor, de forma consciente, seleciona os trechos que julga mais importantes na leitura. Na inferência, capta as informações implícitas (pressupostas ou subentendidas). Na verificação, recupera a intenção do autor, com base nos elementos extralinguísticos e nos elementos linguísticos (SOLIGO, 2000).

No processo de leitura, devemos considerar, também, as circunstâncias e os objetivos. Isso inclui o lugar em que se lê, o suporte utilizado e o gesto individual.

São muitos os fatores que podem implicar leituras inadequadas. Além das questões relativas ao conteúdo, como imprecisões conceituais, conforme Allende, F. e Condemarín, M. (2002), as dificuldades de compreensão de um texto podem ser advindas do autor e do leitor e podem vir de fatores materiais e linguísticos.

Os elementos materiais referem-se ao tamanho dos caracteres ou das letras, à fonte utilizada, à qualidade da impressão, à cor do papel, à extensão dos parágrafos, à utilização de abreviações etc.

Os aspectos linguísticos envolvem, por exemplo, as escolhas lexicais, o tipo de pontuação empregado, a presença de orações demasiadamente simplificadas (a ponto de impedir a percepção de nexos causais) e a complexidade das estruturas sintáticas (como o excesso de uso de orações subordinadas).

Segundo Cavalcante, M.M. (2012, p. 82) “podemos afirmar que um texto confuso, mal construído, que não possibilita ao leitor estabelecer com precisão o quadro tópico, compromete a sua compreensão”. Os textos que apresentam o tópico principal e os subtópicos organizados hierarquicamente têm sua estrutura identificada, de modo consciente ou intuitivo, pelo leitor, e isso contribui para a compreensão dos sentidos textuais.



Para esta autora, há duas referências principais no tópico discursivo: a centração e a organicidade. A centração é definida como a convergência das diferentes unidades (subtópicos) de sentido do texto para o tópico principal. A organicidade “é a propriedade através da qual o tópico se apresenta em subtópicos, que possuem entre si uma relação de interdependência em dois planos: vertical e horizontal” (CAVALCANTE, M.M., 2012, p. 87). Essa organização é especialmente desejada para que textos argumentativos sejam efetivamente compreendidos.

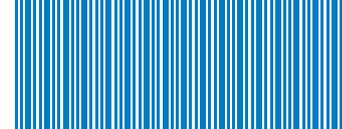
Por fim, cabe lembrar, como aponta Marcuschi, o que lemos a seguir.

Compreender bem um texto não é uma atividade natural nem uma herança genética, nem uma ação individual isolada do meio e da sociedade em que se vive. Compreender exige habilidade, interação e trabalho (...)  
Compreender não é uma ação apenas linguística ou cognitiva. É muito mais uma forma de inserção no mundo e um modo de agir sobre o mundo na relação com o outro dentro de uma cultura e uma sociedade (MARCUSCHI, 2008, pp. 229-230).

Com base nas ideias apresentadas, faremos análises das questões das duas questões objetivas de Formação Geral (FG) que estiveram presentes na parte do Enade 2021, cujos resultados foram integralmente divulgados em 2023. Escolheremos as duas questões cujos percentuais de acertos foram os menores. Na análise, observaremos os temas utilizados, a abordagem realizada e as habilidades de competências demandadas.

### **Leitura de enunciados de questões de FG do Enade 2021**

Na tabela 1, podemos observar as estatísticas básicas, por região do Brasil, das notas dos concluintes nas questões objetivas de FG do Enade 2021. Na ocasião, estavam sendo avaliados, entre outros, os cursos de Letras, Pedagogia e diversas licenciaturas.



**TABELA 1**

Estatísticas básicas, por região do Brasil, das notas dos concluintes nas questões objetivas de FG do Enade 2021.

Estatística	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Média	37,1	36,7	38,0	38,5	35,2	36,0
Desvio-padrão	19,7	19,0	19,6	20,0	19,3	19,5
Mediana	37,5	37,5	37,5	37,5	37,5	37,5
Mínima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Máxima	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte. BRASIL. Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). *Relatório síntese de área – Formação Geral – Enade 2021*. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2021/Enade\\_2021\\_Relatorios\\_Sintese\\_Area\\_Formacao\\_Geral.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2021/Enade_2021_Relatorios_Sintese_Area_Formacao_Geral.pdf)>. Acesso em: 02. mai 2023 (com adaptações).

Vemos que não há diferenças estatísticas significativas nos percentuais médios de acertos das questões objetivas de FG do Enade 2021 em termos de regiões brasileiras. Além disso, tais percentuais não superaram 38%.

Observemos, na tabela 2, o percentual médio de acertos dos estudantes em cada uma das oito questões objetivas de FG do Enade 2021. Além disso, no quadro, temos a classificação dessas questões em termos de grau de dificuldade. Tal classificação foi feita por meio de critérios estatísticos que tomaram como base o desempenho dos alunos.

**TABELA 2**

Percentual médio de acertos dos estudantes em cada uma das oito questões objetivas de FG do Enade 2021 e classificações.

Número da questão	Alternativa correta	Percentual de acerto	Classificação
1	E	56,4	Difícil
2	C	26,7	Difícil
3	B	55,6	Médio
4	B	26,5	Difícil
5	A	53,6	Médio
6	A	64,8	Médio
7	C	66,3	Médio
8	D	17,9	Difícil

Fonte. BRASIL. Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). *Relatório síntese de área – Formação Geral – Enade 2021*. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2021/Enade\\_2021\\_Relatorios\\_Sintese\\_Area\\_Formacao\\_Geral.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2021/Enade_2021_Relatorios_Sintese_Area_Formacao_Geral.pdf)>. Acesso em: 02. mai 2023 (com adaptações).

Verificamos, no quadro 2, que as duas questões cujos percentuais de acertos foram os menores são a 4 (com 26,5% de acertos) e a 8 (com 17,9% de acertos), classificadas como difíceis.



Cabe, portanto, analisarmos alguns fatores relacionados ao desempenho de leitura dos concluintes na prova, especialmente em relação às duas questões mencionadas.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que a situação de leitura ocorreu durante a realização de um exame destinado a avaliar a formação do estudante. Assim, o espaço físico foi o local onde se aplicou a prova, o suporte foi a folha do exame e o aluno realizou a leitura sentado, silenciosamente. Esses elementos interferem no processo de leitura e, por isso, devem ser considerados. Não é irrelevante, ainda, o fato de que há estudantes que desejam terminar a prova no tempo mínimo e, assim, fazem uma leitura muitas vezes apressada dos enunciados e dos textos apresentados.

Nas questões de múltipla escolha, os objetivos de leitura estão ligados ao êxito em escolher a alternativa correta, ainda que a nota nesse exame específico não tenha, efetivamente, resultado concreto para o estudante, uma vez que a nota não é usada em nenhum processo seletivo. No entanto, o desempenho dos estudantes influencia o prestígio da instituição de ensino, o que tem impacto sobre o diploma do formando.

Assim, assumimos que o aluno procure assinalar as respostas corretas. Para isso, as estratégias sociocognitivas são acionadas. Na leitura do texto apresentado no enunciado, o estudante antecipa, mentalmente, o conteúdo do texto ao notar elementos como autor, gênero e palavras-chave. Também seleciona os trechos que se relacionam com as afirmativas propostas: alguns alunos têm por hábito ler, primeiramente, as alternativas (ou afirmativas), a fim de identificar os trechos em que devem prestar mais atenção. Nesses casos, há aqueles que tentam encontrar a alternativa correta apenas com um “passar de olhos” sobre o texto, especialmente se ele for muito longo ou denso.

A inferência está presente no processo de compreender a intenção do texto e os mecanismos de que se vale para atingi-la. Por fim, o leitor verifica a compatibilidade entre o conteúdo das afirmativas e o conteúdo do texto.

Devemos ressaltar que, em geral, os enunciados apresentam um trecho do texto selecionado, cuja fonte é indicada em letras menores. Esse recorte é um aspecto relevante porque, em alguns casos, a leitura seria mais bem realizada se o estudante tivesse acesso ao texto completo.



Procuraremos, então, ver como essas estratégias e as competências linguísticas e discursivas dos estudantes podem interferir no seu desempenho.

A seguir, transcrevemos a questão 4, que trata da precarização das relações de trabalho no atual contexto.

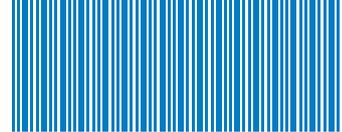
#### **Questão 4 (Formação Geral – Enade 2021).**

*Além do contexto econômico, o avanço da tecnologia também é um dos responsáveis pelo aumento dos trabalhadores informais. E a tendência de contratação de freelancers por meio de plataformas digitais, como aplicativos de delivery e de mobilidade urbana, ganhou até um nome: GigEconomy, ou economia dos bicos. Para os gigantes de tecnologia detentores desses aplicativos, os motoristas são trabalhadores autônomos, que não possuem vínculo empregatício. Além de não estarem sujeitos a nenhuma regulamentação e proteção legal, os profissionais que desenvolvem esse tipo de trabalho deixam de contribuir para a Previdência Social e de possuir benefícios como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias e décimo terceiro salário. Não obstante, ainda arcam com todo o custo da atividade que exercem. Em uma reportagem que ouviu alguns desses trabalhadores, motoristas afirmaram sofrer com problemas de coluna e com o estresse no trânsito, além das longas jornadas de trabalho. Por esses motivos, a GigEconomy está no centro de uma discussão mundial acerca da responsabilidade dessas companhias milionárias sobre as condições de trabalho da mão de obra que contratam. No meio do limbo jurídico, quem sofre são os trabalhadores dessas plataformas, que ficam duplamente desprotegidos – pelas empresas e pelo Estado.*

Disponível em <<https://exame.abril.com.br/carreira/quais-sao-as-consequencia-do-trabalho-informal-no-pais/>>. Acesso em 18 abr. 2020 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, avalie as asserções e a relação proposta entre elas.

I. Trabalhadores autônomos informais que atuam em plataformas digitais sem qualquer vínculo empregatício, desprotegidos de regulamentação ou lei trabalhista, compõem a Gig Economy.



## PORQUE

II. Os trabalhadores, na Gig Economy, arcam com todos os custos necessários para desempenhar o seu trabalho, ganham por produção e enfrentam longas jornadas diárias, o que os deixa mais desgastados e com problemas de saúde.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

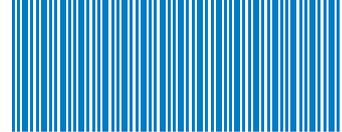
- A. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a asserção II é uma justificativa correta da I.
- B. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a asserção II não é uma justificativa correta da I.
- C. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E. As asserções I e II são proposições falsas.

A questão expõe ao estudante um trecho de uma reportagem, gênero textual em que predomina a função referencial da linguagem, e o objetivo é informar o leitor.

O texto apresenta, portanto, características da linguagem jornalística: efeito de objetividade, clareza, vocabulário simples e preferência pela ordem direta e por períodos curtos.

Em termos lexicais, observamos que o texto do enunciado não se vale de vocábulos pouco empregados no cotidiano de um concluinte de um curso superior nem utiliza termos eruditos ou técnicos. A conjunção “não obstante” não está bem empregada, pois não há uma relação de oposição/concessão com a oração anterior. Na verdade, a relação seria de complementação ou adição.

Além disso, os períodos são curtos e não há longas intercalações que poderiam, em termos linguísticos, comprometer o entendimento do que é exposto. No que diz respeito a elementos materiais passíveis de dificultar a leitura, a única sigla presente é FGTS, mas ela é escrita por extenso. Há o termo em inglês, *Gig Economy*, que é traduzido como “economia dos bicos”.



O tema, como convém aos textos jornalísticos, é atual. Assim, a compreensão do trecho da reportagem é, ou deveria ser, acessível a estudantes universitários.

O estudante pode identificar o gênero textual e o veículo (revista *Exame*) pelo link que indica a fonte do texto. Essa etapa corresponde à sondagem ou ao trabalho prévio com as informações disponíveis.

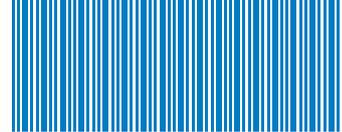
As principais habilidades e competências verificadas na questão 4 são: ler e interpretar um texto, julgar duas proposições vinculadas ao texto e avaliar se há relação de causalidade entre essas duas proposições. Enfim, o aluno deveria julgar duas asserções, classificando-as como verdadeiras ou falsas, e, caso ambas fossem verdadeiras, julgar se a asserção II era ou não uma justificativa correta da I.

A asserção I é verdadeira, pois o texto afirma que os autônomos contratados por meio de plataformas digitais, como aplicativos de delivery e de mobilidade urbana, constituem a “Gig Economy”, ou a economia dos bicos. Tais trabalhadores não contam com regulamentação nem proteção legal.

A asserção II também é verdadeira, pois, de acordo com o texto, “os profissionais que desenvolvem esse tipo de trabalho deixam de contribuir para a Previdência Social e de possuir benefícios como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias e décimo terceiro salário. Não obstante, ainda arcam com todo o custo da atividade que exercem. Em uma reportagem que ouviu alguns desses trabalhadores, motoristas afirmaram sofrer com problemas de coluna e com o estresse no trânsito, além das longas jornadas de trabalho”.

Estabelecer a relação entre as asserções parece ter sido a principal dificuldade dos estudantes, pois um número significativo deles assinalou a alternativa A. Em outros termos, alguns erraram a questão porque estabeleceram uma relação semântica considerada indevida.

Assim, a questão nos remete às relações de causalidade na conexão de orações e/ou períodos. Como aponta Fabrício Amorim (2012), nas gramáticas tradicionais, a conexão causal é tratada nos estudos das conjunções e do período composto. Dessa maneira, são classificadas em coordenativas explicativas (porque, que, porquanto etc.) e subordinativas causais (porque, como, já que). Notemos que a conjunção “porque” aparece nas



duas modalidades. Amorim afirma que essa conjunção “costuma codificar diferentes nuances da relação de causalidade” (AMORIM, 2012, p. 507). Também devemos observar que as gramáticas, em geral, não diferenciam bem as noções de explicação e de causa. A diferenciação mais usual baseia-se na estrutura sintática.

No caso da questão, devemos destacar que, nas alternativas, é utilizada a expressão “justificativa correta”, o que pode se referir tanto à causa quanto à explicação. Os dois períodos das asserções são sintaticamente independentes, o que descarta a relação de subordinação entre as orações.

Para Sweetser (1991), a relação semântica de causa é plurissignificativa devido a interferências pragmáticas, lembrando que, na língua em uso, os conectores estão sujeitos à pressão pragmática que lhes acrescenta diferentes sentidos. Analisando o uso da conjunção “because”, a autora afirma que a relação de causalidade pode se manifestar em três domínios: referencial, epistêmico e de atos de fala.

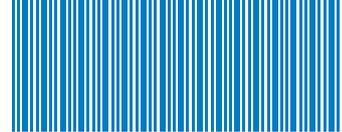
Nas palavras de Amorim (2012, p. 503), “estudar a relação de causalidade requer, portanto, o reconhecimento de que a sua manifestação não é semanticamente estável, na medida em que existem relações causais mais ou menos estritas, o que é determinado pelo contexto pragmático em que emergem”.

Para responder corretamente à questão, o estudante deveria ter raciocinado em termos de uma “causa real” entre as duas cláusulas, ou seja, se havia, de fato, uma relação de causa-consequência entre elas.

Transcrevemos, a seguir, a questão 8, que trata do regime democrático.

### **Questão 8 (Formação Geral – Enade 2021).**

*Que é democracia? Em seu famoso discurso em Gettysburg, Abraham Lincoln disse que “a democracia é o governo do povo, feito para o povo e pelo povo, e responsável perante o povo”. O crédito desta definição é, na verdade, de Daniel Webster, que a elaborou 33 anos antes de Lincoln em outro discurso. Nesta ideia de “governo pelo povo e para o povo” surge uma questão essencial: e quando o povo estiver em desacordo? E quando o povo tiver preferências divergentes? O politólogo Arend Lijphart ressalta*



*que há duas respostas principais: a resposta da “democracia majoritária” e a resposta da “democracia consensual”. Na democracia majoritária, a resposta é simples e direta: deve-se governar para a maioria do povo. A resposta alternativa, no modelo da democracia consensual, é: deve-se governar para o máximo possível de pessoas. A virtude da democracia consensual é buscar consensos mais amplos no que é interesse de todos; o desafio da democracia consensual pressupõe lideranças políticas mais maduras, tanto no governo quanto na oposição. Democratas genuínos têm aversão à ideia do totalitarismo e combatem os delírios daqueles que desejam poder sem limites.*

Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2020/02/25/democracia-consensual-contra-a-tirania-da-maioria.ghtml>>. Acesso em 2 mai. 2020 (adaptado).

A partir dos argumentos expostos no texto, avalie as afirmações a seguir.

I. O bem comum, a ser estabelecido por um governo democrático, nem sempre está associado às opiniões da maioria do povo.

II. A democracia consensual é caracterizada pelo consenso a ser alcançado entre situação e oposição, nas decisões governamentais.

III. Circunstâncias políticas de polarização, marcadas pela alta competitividade e combatividade entre posições divergentes, caracterizam um modelo de democracia majoritária.

IV. Democracia consensual pressupõe que a situação política no poder considere em suas decisões as necessidades das minorias, no sentido de governar para todo o povo.

É correto apenas o que se afirma em

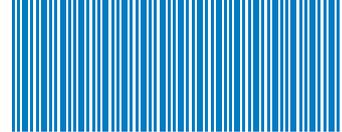
A. I e II.

B. I e IV.

C. II e III.

D. I, III e IV.

E. II, III e IV.



As principais habilidades e competências verificadas na questão 8 são: ler e interpretar um texto e compreender conceitos distintos. O aluno deveria, com base nos argumentos expostos em um trecho de um artigo de opinião, julgar quatro afirmativas, classificando-as como corretas ou incorretas.

O trecho apresentado é uma adaptação de um artigo de autoria do professor Davi Lago. No texto, o autor critica a polarização da política brasileira, acentuada desde as eleições de 2014, e defende a tese de que a democracia consensual é o melhor caminho. Isso fica mais claro, obviamente, com a leitura completa do artigo.

O trecho vale-se bastante da predicação, com o uso de verbos de ligação, para expor conceitos. A apreensão desses conceitos depende também da percepção das diferentes preposições que relacionam “democracia” e “povo”.

O comando da questão é bastante explícito: “a partir dos argumentos expostos no texto, avalie as afirmações a seguir”. Dessa forma, fica claro que a validade das sentenças deve basear-se nas ideias do texto, e não em outras possíveis noções.

A afirmativa I é correta, pois o texto afirma que se deve, no regime democrático consensual, governar para o máximo possível de pessoas.

A afirmativa II é incorreta, pois o texto afirma que “a virtude da democracia consensual é buscar consensos mais amplos no que é interesse de todos”, mas isso não significa que oposição e governo não tenham divergências.

A afirmativa III é correta, pois o texto afirma que, na democracia majoritária, deve-se governar para a maioria do povo.

A afirmativa IV é correta, pois, na democracia, há interesses diversos e divergentes, que devem ser considerados.

O texto do enunciado define claramente o que é “democracia consensual”, usando um marcador específico para a apresentação de conceitos: os “dois pontos”, que introduzem uma oração subordinada. A despeito disso, como as alternativas selecionadas como corretas pela maioria dos estudantes foram a A e E (sendo que o gabarito é a D), inferimos que os alunos julgaram a afirmativa II como correta, em vez de classificá-la como incorreta.



Nesse sentido, os estudantes podem ter acionado conhecimentos prévios e visões próprias de mundo sobre a democracia e, especialmente, sobre o adjetivo “consensual”, o que não coincide com a definição apresentada no enunciado. O fato de que o adjetivo “consensual” é formado por derivação sufixal do substantivo “consenso” fortalece a ideia de que a afirmação de que “a democracia consensual é caracterizada pelo consenso” é verdadeira, independentemente do que se postula depois dela.

Devemos lembrar que, na definição de dicionário, temos que o substantivo masculino “consenso” apresenta os significados a seguir.

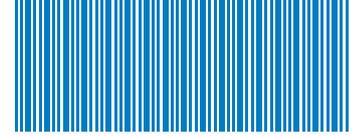
1. Concordância ou unanimidade de opiniões, raciocínios, crenças, sentimentos etc. em um grupo de pessoas; decisão, opinião, deliberação comum à maioria ou a todos os membros de uma comunidade.
2. Deliberação ou decisão, em geral tomada em conselhos ou assembleias, que se caracteriza pela ausência de manifestações discordantes, argumentos contrários ou objeções.
3. Decisão, opinião, raciocínio, ponto de vista etc. próprio do senso comum; bom senso.
4. Igualdade de características entre dois objetos, fatos, coisas, elementos, pessoa etc.; identidade, uniformidade.
5. Características não discordantes; harmonia.
6. Manifestação de concordância; consentimento, anuência.

Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=mbE4>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

Dessa forma, o termo associa-se à ideia de não discordância, o que não corresponde ao conceito de “democracia consensual” apresentado no artigo.

Na sequência da afirmação II, coloca-se que situação e oposição mantêm consenso nas decisões governamentais. Essa condição, no entanto, inviabilizaria a existência do modelo consensual, defendido no texto como a melhor forma de combater o autoritarismo.

Com o que foi exposto, presumimos que estudantes responderam à questão com base em ideias prévias, sem, de fato, atentar-se para o texto, que deveria ser tomado como fundamento das afirmativas.



## Conclusão

Observamos que houve problemas de leitura de enunciados de questões de múltipla escolha de Formação Geral (FG) da prova do Enade 2021 que levaram concluintes de cursos de graduação do Brasil a cometerem equívocos na avaliação de afirmativas e de alternativas que compõem tais testes.

Entre tais problemas, destacamos equívocos de estudantes relativos à identificação de relações de causa e efeito que, possivelmente, estão associados a dificuldades de reconhecimento da função de conjunções, o que nos remete à importância da introdução de parâmetros gramaticais.

Além disso, mesmo em questões nas quais se pede para usar o texto do enunciado como referência, utilizando as definições nele explicitamente apresentadas, muitos egressos tomaram como referência conceitos previamente elaborados, o que os levou a julgamentos errôneos sobre a coerência entre dada afirmativa e a base textual fornecida.

Também registramos que, nas questões analisadas, notamos a ausência de comandos de ordem posicionados antes das reproduções dos artigos que iniciam os enunciados. Por exemplo, tais reproduções poderiam ser precedidas por algo como “Leia o texto a seguir”.

Adicionalmente, na questão de asserção-razão, os textos das alternativas A e B poderiam levar o aluno a incertezas sobre se realmente o elaborador solicitava um raciocínio a respeito da “causa real” (relação de causa-consequência) entre duas asserções.

Conforme o INEP (2017), os testes de múltipla escolha do tipo asserção-razão são formados por duas proposições, que podem ser verdadeiras ou falsas, e que podem ou não guardar uma relação causa-consequência entre si. Assim, apresentam-se duas asserções conectadas pela conjunção “porque”, e o egresso deve avaliar se a segunda asserção é uma razão ou uma justificativa da primeira.



## REFERÊNCIAS

ALLIENDE, F.; CONDEMARÍN, M. (2002). **A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed.

AMORIM, F. S. (2012). Considerações sobre a relação de causalidade na conexão de orações: da tradição à descrição. **DOMÍNIOS DE LINGU@GEM Revista Eletrônica de Linguística**. V. 6, n. 1 – 1º Semestre 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. Lei Nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. **Altera dispositivos da Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm)>. Acesso em: 02 mai. 2023.

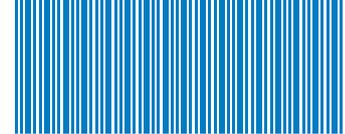
BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 02 mai. 2023.

BRASIL. Portaria Nº 2.051, de 9 de julho de 2004. **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído na Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA\\_2051.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf)>. Acesso em: 02 mai. 2023.

BRASIL. Portaria Nº 386, de 23 de agosto de 2021. **Dispõe sobre o componente de Formação Geral, no âmbito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), edição 2021**. Disponível em: <<https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-386-de-23-de-agosto-de-2021-340157960>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Provas e gabaritos**. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/enade/provas\\_e\\_gabaritos/2021\\_PV\\_licenciatura\\_letras\\_portugues.pdf](https://download.inep.gov.br/enade/provas_e_gabaritos/2021_PV_licenciatura_letras_portugues.pdf)>. Acesso em: 02. mai 2023.

BRASIL. Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). **Relatório síntese de área – Formação Geral – Enade 2021**.



Disponível em: < [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2021/Enade\\_2021\\_Relatorios\\_Sintese\\_Area\\_Formacao\\_Geral.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2021/Enade_2021_Relatorios_Sintese_Area_Formacao_Geral.pdf)>. Acesso em: 02. mai 2023.

CAVALCANTE, M.M. (2012). **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto Universitário.

FÁVERO, L.L.; KOCH I.G.V. (1998). **Linguística textual: introdução**. 4. ed. São Paulo: Cortez.

GARCEZ, L.H.C. (2002). Técnicas de redação. **O que é preciso saber para bem escrever**. São Paulo: Martins Fontes.

GOLDSTEIN, N.; LOUZADA, M.S.; IVAMOTO, R. (2009). O texto sem mistério. **Leitura e escrita na universidade**. São Paulo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Guia de elaboração e revisão de itens**. INEP, 2017.

KLEIMAN, A. (2002). **Oficina de leitura: teoria e prática**. 9. ed. Campinas: Pontes.

KOCH, I.V.; ELIAS, V.M. (2006). **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto.

KOCH, I.V. (2000). **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto.

ORLANDI, E.P. (1996). **Discurso e leitura**. 3. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

SWEETSER, E. (1991). **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University.

SOLIGO, I. (2000). **Cadernos da TV Escola – Português**. Brasília: MEC/SEED.

VERHINE, R.E.; Dantas, L.M.V.; SOARES, J.F. Do Provão ao Enade: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 14 (52), 291-310, jul./2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/dRSFJczMp6NFrCm8LLTYrhH/?lang=pt>>. Acesso em 30 abr. 2023.

